



08/06/2018 16:01 - Trabalhadores suspendem acampamento por 15 dias para tentar acordo com representantes de empresas



Os ex-funcionários das empresas Três Marias e Rio Madeira que formavam o antigo consórcio do transporte coletivo da capital suspenderam na tarde desta sexta-feira (08) o acampamento montado nos arredores da Justiça do Trabalho desde a última terça-feira (05).

Segundo o Prof. Luizmar Neves, que acompanhou o movimento, haverá duas reuniões dentro desse período de 15 dias.

“Na próxima sexta-feira nós teremos uma reunião com um dos representantes da empresa Três Marias e também dentro desse período vamos ter outra reunião para tentar um acordo”, afirmou à reportagem do **Notícias RO** o Prof. Luizmar Neves.

O **Jornal Notícias RO** também apurou que durante a audiência, que aconteceu hoje, dois terrenos teriam sido utilizados como garantia do pagamento dos direitos trabalhistas, porém, apenas aqueles que foram funcionários da Três Marias, a proposta foi negada pelo Juiz que entendeu que um acordo deve atingir todos os trabalhadores.

De acordo com o Prof. Luizmar Neves, caso o acordo apresentado dentro desses 15 dias não seja satisfatório, os trabalhadores voltaram a acampar no local.

“Já andamos bastante na causa, a suspensão é temporária, vamos aguardar essa proposta de acordo, se ela não for boa para todos os trabalhadores nós vamos voltar a acampar aqui por tempo indeterminado”, afirmou ao **Notícias RO**.

+**Notícias**

[**Em protesto, trabalhadores montam acampamento na Justiça do Trabalho para garantir andamento rápido de processo sobre rescisão**](#)

[**Para garantir andamento rápido de processo sobre rescisão, trabalhadores prometem grande manifestação**](#)

[**Trabalhadores do antigo consórcio do transporte coletivo de Porto Velho continuam sem receber direitos trabalhistas**](#)

O acampamento, como forma de manifestação pacífica, foi aprovado na semana passada pelos mais de 800 trabalhadores que até hoje não receberam um real dos direitos trabalhistas.

O caso se arrasta desde que a prefeitura, na época comandada por Mauro Nazif (PSB), resolveu romper o contrato com o antigo consórcio. Desde então os trabalhadores lutam na justiça para receber seus direitos, numa questão que vai entrando para o terceiro ano sem nenhuma resposta concreta.

O **Jornal Notícias RO** tentou contato com a Justiça do Trabalho e com os representantes das empresas, mas não obtivemos resposta.

Fonte: Redação Notícias RO